

Linha Alimentos Indústria e Comércio S.A.

CNPJ Nº 05.207.076/0002-97

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Linha Alimentos Indústria e Comércio S.A. Anápolis – GO - Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Alimentos Indústria e Comércio S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linha Alimentos Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** Conforme mencionamos na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta na rubrica de Estoques, saldo de estoque em poder de terceiros no montante de R\$ 5.368 mil. Além da data de conclusão dos nossos trabalhos, não recebemos as confirmações de saldos de estoques em poder de terceiros no montante de R\$ 4.936 mil e não foi possível concluirmos sobre a adequação dos saldos por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação a rubrica de estoques, se houver, assim como nos

elementos componentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das**

demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia, 18 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC GO-001203/O-2-F-GO.
Jaqueline Oliveira Silva Contadora - CRC GO-021960/O

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Notas	Balanços Patrimoniais		
		2021	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	7	346	5	091
Aplicações financeiras		3	3	3
Contas a receber de clientes	8	22.598	28.452	
Estoques	10	24.101	17.425	
Instrumentos financeiros derivativos	17	208		
Adiantamentos a fornecedores		1.686	944	
Impostos a recuperar	9	5.278	2.862	
Outros créditos		45	68	
Total do ativo circulante		54.265	54.845	
Ativo fiscal diferido	29.a	7.504	7.504	
Total do ativo realizável a longo prazo		7.504	7.504	
Bens de direito de uso	12	2.801	1.679	
Imobilizado	11	21.084	20.282	
Intangível		143	67	
Total do ativo não circulante		24.028	22.028	
Total do ativo		85.797	84.377	

Passivo	Notas	2021	2020	
Empréstimos e financiamentos	14	18.248	6.974	
Fornecedores	13	12.257	10.855	
Obrigações fiscais	17	4.094	2.800	
Salários e obrigações trabalhistas	16	2.709	2.772	
Arrendamentos	15	1.190	640	
Juros sobre capital próprio a pagar	28.b	4.909	4.909	
Obrigações com acionistas	28.b	2.725	6.129	
Outras contas a pagar		3.186	3.386	
Total do passivo circulante		49.318	38.265	
Empréstimos e financiamentos	14	9.636	12.682	
Arrendamentos	15	1.784	1.203	
Mútuos com partes relacionadas	29	22.575	20.039	
Provisão para demandas judiciais	18	169	462	
Total do passivo não circulante		34.164	34.386	
Total do patrimônio líquido		2.315	11.726	
Total do passivo e patrimônio líquido		85.797	84.377	

Notas	2021	2020	Reserva de	
			Capital social	Prejuízos acumulados
Saldo em 01/01/2020	31.767	30.149	(37.867)	20.049
Redução de capital social	20.a(10.000)	-	-	(10.000)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.323)	(2.323)
Saldo em 31/12/2020	21.767	30.149	(40.190)	11.726
Prejuízo do exercício	-	-	(9.411)	(9.411)
Saldo em 31/12/2021	21.767	30.149	(49.601)	2.315

dados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A mensuração subsequente dos ativos financeiros ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias: (a) custo amortizado - modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes - modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; ou (c) valor justo por meio do resultado. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. O modelo de negócio da Companhia envolve, exclusivamente, receber os fluxos de caixa principal mais juros. Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos. Ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Nos exercícios apresentados, em decorrência de seu modelo de negócio e características de seus instrumentos financeiros, a Companhia avaliou a classificação de seus ativos financeiros como custo amortizado. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, e não para investimentos em outros fins. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao VJORA - Instrumento de dívida ou Instrumento patrimonial, ou ao VJR. A mensuração subsequente dos passivos financeiros ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias: (a) custo amortizado - modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes - modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; ou (c) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros da Companhia compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, obrigações com acionistas, mútuos com partes relacionadas, juros sobre capital próprio e outras contas a pagar. Nos exercícios apresentados, em decorrência de seu modelo de negócio e características de seus instrumentos financeiros, a Companhia avaliou a classificação de seus passivos financeiros como custo amortizado. **Arrendamentos** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento, com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é, periodicamente, reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado, inicialmente, ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, que, geralmente, usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento, resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registro no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram. Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia nem transfere nem mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere os ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesse caso, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando a sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Todos os passivos financeiros são classificados como custo amortizado. **(iv) Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha, atualmente, um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(j) Derivativos** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor

Demonstrações dos Resultados	Notas	2021	2020	
Receita operacional líquida	21	141.403	121.299	
Custos dos produtos vendidos	22	(86.494)	(66.383)	
Lucro bruto		54.909	54.916	
Despesas operacionais				
Comerciais	23	(40.102)	(37.398)	
Administrativas	24	(16.638)	(12.282)	
Provisão para perda esperada com crédito	8	(2.427)	(374)	
Outras receitas operacionais	25	2.489	2.194	
Outras despesas operacionais	25	(3.274)	(1.948)	
Resultado antes das despesas financeiras				
Receita financeira, do IR e da contribuição social		(5.043)	5.108	
Receita financeira	26	3.953	4.493	
Despesa financeira	26	(9.968)	(11.712)	
Despesas financeiras líquidas		(6.015)	(7.219)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.058)	(2.111)	
IR e contribuição social corrente	27.b	1.647	(141)	
IR e contribuição social diferido	27.b	-	(71)	
Prejuízo do exercício		(9.411)	(2.323)	

Demonstração do Resultado Abrangente	2021	2020
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(9.411)	(2.323)

justo são normalmente registradas no resultado. **f. Estoques** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem materiais-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e os gastos gerais de fabricação relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda, sendo contabilizada, quando aplicável, a provisão para perdas decorrentes da data de validade, rejeição pelo controle de qualidade e avarias. **g. Imobilizado** As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa de depreciação
Edificação	9,96%
Máquinas e equipamentos	13,92%
Móveis e utensílios	9,96%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Beneficiários em imóveis de terceiros	3,96%

O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais. A indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na Nota Explicativa nº 11. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para o seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas" líquidos" na demonstração do resultado. **h. Intangível** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil - econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. **i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias, individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **J. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou seu valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando a sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k. Contingências e outras provisões** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, ou seja, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. (ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. (iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **l. Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros** A Companhia reconhece, no final de cada período, provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada. A Companhia também avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Ativos não financeiros** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos (não financeiros), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. **m. Subvenção governamental - Incentivos de ICMS (Progogas)** Uma subvenção

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto	Notas	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(9.411)	(2.323)	
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	11	3.249	2.925	
Baixa do imobilizado	11	307	(506)	
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	14.d	(261)	(47)	
Provisão para perdas esperadas de crédito	8	2.427	374	
Provisão (reversão) para demandas judiciais	19	(293)	57	
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	14.d	2.935	1.034	
Juros provisionados sobre arrendamentos		409	159	
IR e contribuição social correntes		(1.647)	141	
IR e contribuição social diferidos		-	71	
Ajuste de valor presente	8	17	113	
Variações em:				
Contas a receber de clientes		3.410	(2.874)	
Instrumento financeiro derivativo		(208)	-	
Impostos a recuperar		(2.416)	(748)	
Estoques		(6.676)	(1.391)	
Adiantamento a fornecedores		(742)	29	
Outros créditos		23	1.333	
Fornecedores		8.406	5.136	
Obrigações fiscais e trabalhistas		3.078	543	
Arrendamentos		(1.461)	(922)	
Outras contas a pagar		(200)	1.034	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		946	4.138	
Imposto de renda e contribuições sociais pagas		-	(50)	
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	14	(1.297)	(628)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(351)	3.460	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições do ativo imobilizado	11	(3.373)	(5.379)	
Aquisições do ativo Intangível		-	(4)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(3.373)	(5.383)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	14.d	9.998	14.121	
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	14.d(10.151)	(11.311)	(8.388)	
Amortização de dívidas com acionistas	</			

